

ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	XI
<i>Prefácio</i>	XXVII
<i>Apresentação</i>	XXIX

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Pressuposto e objetivos da execução penal	1
2. Natureza jurídica	2
3. Princípios e garantias constitucionais	4
4. Exeqüente	5
5. Executado	5
6. Jurisdição especializada	6
7. Execução provisória	6
7.1. Juízo competente em sede de execução provisória	8
8. Condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária	8
9. Condenado pela Justiça Estadual que cumpre pena em presídio federal..	9
10. Princípio da isonomia e direitos não atingidos	9

CAPÍTULO II

DO CONDENADO E DO INTERNADO

DA CLASSIFICAÇÃO

1. Noções gerais	11
2. Exame criminológico	12
3. Implicações decorrentes da Lei n. 10.792, de 1º de dezembro de 2003..	13
3.1. Classificação e individualização da pena	13
3.2. Progressão de regime prisional	14
3.2.1. Requisito subjetivo	15

CAPÍTULO III
DA ASSISTÊNCIA

1. Generalidades.....	19
2. Assistência material.....	20
3. Assistência à saúde.....	21
4. Assistência jurídica.....	22
5. Assistência educacional.....	23
6. Assistência social.....	24
7. Assistência religiosa.....	25
8. Da assistência ao egresso.....	25

CAPÍTULO IV
DO TRABALHO

1. Generalidades.....	27
2. Do trabalho interno.....	28
3. Do trabalho externo.....	29
3.1. Pena decorrente de condenação pela prática de crime hediondo ou assemelhado.....	30

CAPÍTULO V
DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA

1. Dos deveres.....	31
2. Dos direitos.....	32
3. Da disciplina.....	34
3.1. Das faltas disciplinares.....	35
3.2. O RDD — Regime Disciplinar Diferenciado.....	38
3.2.1. Origem histórica.....	38
3.2.2. O regime disciplinar diferenciado na Lei de Execução Penal.....	39
3.2.3. O isolamento preventivo e o regime disciplinar diferen- ciado preventivo ou cautelar.....	43
3.2.4. Procedimento.....	44
3.2.4.1. Inclusão preventiva no RDD.....	44
3.2.4.2. Decisão definitiva.....	45
3.2.5. Outras considerações ligadas ao regime disciplinar dife- renciado.....	46
3.3. Das sanções.....	47
3.4. Das recompensas.....	50

CAPÍTULO VI
DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL

1. Órgãos da execução.....	53
2. Do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	53
3. Do juízo da execução	54
3.1. Jurisdição.....	54
3.2. Juiz competente	55
3.3. Competência para a aplicação da lei mais benigna	57
3.4. Competência para declarar extinta a punibilidade.....	58
3.5. Competência para decidir sobre soma ou unificação de penas ..	59
3.6. Competência para decidir sobre progressão ou regressão de regime	59
3.6.1. Progressão de regime.....	59
3.6.2. Regressão de regime.....	61
3.6.2.1. Regressão cautelar	61
3.7. Competência para decidir sobre detração e remição de pena.....	63
3.7.1. Detração.....	63
3.7.2. Remição.....	64
3.8. Competência para decidir sobre suspensão condicional da pena.	66
3.9. Competência para decidir sobre livramento condicional.....	67
3.10. Competência para decidir sobre incidentes da execução.....	68
3.11. Competência para autorizar saídas temporárias	68
3.12. Competência para determinar a forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalizar sua execução.....	69
3.13. Competência para determinar a conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade	71
3.14. Competência para determinar a conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	73
3.15. Competência para determinar a aplicação da medida de se- gurança, bem como a substituição da pena por medida de segurança.....	74
3.16. Competência para determinar a revogação da medida de segurança	74
3.17. Competência para determinar a desinternação e o restabele- cimento da situação anterior.....	74
3.18. Competência para determinar o cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca.....	75
3.19. Competência para determinar a remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP.....	76

3.20. Zelar pelo correto cumprimento da pena e de medida de segurança.....	76
3.21. Inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcionamento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade.....	78
3.22. Interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta lei.....	79
3.23. Compor e instalar o Conselho da Comunidade.....	80
3.24. Emitir anualmente atestado de pena a cumprir.....	81
4. Do Ministério Público.....	82
5. Do Conselho Penitenciário.....	83
6. Dos Departamentos Penitenciários.....	85
7. Do patronato.....	86
8. Do Conselho da Comunidade.....	87
9. Dos estabelecimentos penais.....	89
10. Da prisão especial.....	93
11. Da penitenciária.....	96
12. Da colônia agrícola, industrial ou similar.....	98
13. Da casa do albergado.....	102
14. Do centro de observação.....	103
15. Do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	104
16. Da cadeia pública.....	105

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE

1. Das penas privativas de liberdade.....	107
2. Execução provisória.....	108
3. Superveniência de doença mental.....	111
4. Cumprimento e extinção da pena.....	112

CAPÍTULO VIII

DOS REGIMES

1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade.....	114
2. Condenação por mais de um crime.....	118

CAPÍTULO IX

DA PROGRESSÃO DE REGIME

1. Progressão de regime e seus requisitos.....	119
1.1. Progressão.....	119
1.2. Requisito objetivo.....	121
1.2.1. Condenação por crime contra a administração pública...	121
1.3. Requisito subjetivo.....	122
1.3.1. <i>Habeas corpus</i> visando progressão de regime	125
1.3.2. Exame criminológico obrigatório e exame criminológico facultativo.....	126
2. Progressão por salto	126
3. Competência	127
3.1. Condenado transferido.....	127
4. Necessidade de prévia oitiva do Ministério Público e da Defesa	127
5. Progressão e falta grave	128
6. Gravidade do delito.....	129
7. A progressão de regime em face do art. 75, § 1º, do Código Penal...	130
8. Falta de vagas em estabelecimento adequado.....	131
9. Regime integralmente fechado.....	134
9.1. A questão da (in)constitucionalidade	134
10. Da progressão para o regime aberto.....	139
11. Da prisão-albergue domiciliar.....	141
11.1. Prisão-albergue domiciliar em razão da ausência de estabelecimento adequado para o cumprimento de pena no regime aberto	142
11.1.1. Hipóteses excepcionais.....	145
12. Progressão de regime prisional estando o preso sob Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	146

CAPÍTULO X

DA REGRESSÃO DE REGIME

1. Generalidades.....	150
2. Condutas ensejadoras de regressão.....	151
2.1. Prática de fato definido como crime doloso	151
2.2. Prática de falta grave	152
2.3. Condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime	153

2.4. Frustrar os fins da execução	154
2.5. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta	155
3. Ampla defesa e contraditório	155
4. Regressão cautelar.....	157

CAPÍTULO XI

DAS AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA

1. Generalidades.....	159
2. Da permissão de saída.....	160
2.1. Prazo da permissão de saída	161
3. Da saída temporária	162
3.1. Hipóteses autorizadoras e requisitos	162
3.2. Competência	166
3.3. Prazo	166
3.4. Revogação do benefício.....	167
3.5. Da recuperação do direito.....	167

CAPÍTULO XII

DA REMIÇÃO

1. Noção	169
2. Generalidades.....	170
3. Requisitos.....	171
3.1. Carga horária e comprovação documental do trabalho.....	171
3.2. Horário especial	173
3.3. Atividades laborativas	174
3.3.1. Remição pelo estudo.....	176
3.3.2. Como se procede ao abatimento dos dias remidos	177
4. Outras considerações	179
4.1. Necessidade de declaração por sentença	179
4.2. Estabelecimento que não dispõe de condições para o trabalho.....	179
4.3. Efeitos reflexos da remição	180
5. Perda dos dias remidos.....	181
5.1. Ampla defesa e contraditório.....	183

CAPÍTULO XIII

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito e noção.....	185
--------------------------	-----

2. Pressupostos.....	186
2.1. Pressupostos objetivos.....	187
2.1.1. Quantidade da pena.....	187
2.1.1.1. Sobre o art. 75 do Código Penal.....	191
2.1.2. Reparação do dano.....	192
2.2. Pressupostos subjetivos.....	194
3. Oitiva do Conselho Penitenciário, do Ministério Público e do defensor.....	196
3.1. Do Conselho Penitenciário.....	197
3.2. Do Ministério Público.....	198
3.3. Do defensor.....	198
4. Livramento condicional a estrangeiro.....	199
5. Livramento condicional a quem se encontre sob Regime Disciplinar Diferenciado.....	199
6. Condições do livramento.....	200
6.1. Noção.....	200
6.2. Condições obrigatórias.....	200
6.3. Condições facultativas.....	202
6.4. Condições legais indiretas.....	203
7. Carta e cerimônia de livramento.....	204
8. Modificação das condições.....	204
9. Suspensão do curso do livramento condicional.....	206
10. Revogação do livramento.....	208
10.1. Generalidades.....	208
10.2. Revogação obrigatória.....	209
10.3. Revogação facultativa.....	211
11. Outras considerações.....	212
12. Extinção da pena privativa de liberdade.....	214

CAPÍTULO XIV

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Introdução.....	216
2. As denominadas penas restritivas de direitos.....	218
3. Da execução das penas restritivas de direitos.....	220
3.1. Início da execução.....	220
3.2. Alteração da forma de cumprimento das penas de prestação de serviços à comunidade e de limitação de fim de semana.....	220

3.3. Prestação pecuniária	221
3.3.1. Prestação de outra natureza (ou prestação inominada).....	222
3.4. Perda de bens e valores.....	223
3.5. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas ...	224
3.6. Interdição temporária de direitos	225
3.7. Limitação de fim de semana.....	227

CAPÍTULO XV

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. A suspensão condicional da pena ou <i>sursis</i>	229
2. Tipos de <i>sursis</i>	229
3. A execução do <i>sursis</i>	231
3.1. <i>Sursis</i> ineficaz ou sem efeito	235
3.2. Prorrogação e revogação do período de prova.....	236
3.2.1. Prorrogação.....	236
3.2.2. Revogação obrigatória e revogação facultativa	237
3.2.3. Duplo <i>sursis</i>	240
3.2.4. Cassação do <i>sursis</i>	241
3.2.5. Extinção da punibilidade	241
3.2.6. Registro.....	242
4. Cabimento de <i>sursis</i> em condenação por crime hediondo ou asse- melhado	242

CAPÍTULO XVI

DA PENA DE MULTA

1. Generalidades.....	244
2. Do título executivo e da natureza jurídica.....	246
3. Legitimação ativa	246
4. Juízo competente.....	249
5. Processamento.....	252
6. Impossibilidade de conversão da multa em privativa de liberdade.	253
6.1. Sobre a impossibilidade de conversão nos Juizados Especiais Criminais	254
7. Outras considerações	257
7.1. Impossibilidade de execução provisória	257
7.2. Atualização monetária.....	258
7.3. Detração	258

CAPÍTULO XVII

DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Noções introdutórias	260
2. Condições da execução	263
3. Medidas de segurança em espécie	264
4. Ausência de vaga para internação	266
5. Da cessação de periculosidade	268

CAPÍTULO XVIII

DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO

1. Conceito e generalidades	272
2. Das conversões	273
2.1. Noção	273
3. Das conversões em espécie	275
3.1. Conversão da pena privativa de liberdade, não superior a dois anos, em restritiva de direitos	275
3.2. Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	277
3.3. Conversão da pena de prestação de serviços à comunidade	279
3.4. Conversão da pena de limitação de fim de semana	281
3.5. Conversão da pena de interdição temporária de direitos	281
3.6. Conversão da pena de multa em detenção	282
3.7. Doença mental ou perturbação da saúde mental superveniente	282
3.7.1. Duração da medida de segurança substitutiva	283
3.8. Conversão do tratamento ambulatorial em internação	285
3.9. Conversão das penas de prestação pecuniária e de perda de bens e valores	286
3.10. Conversão da pena inominada (pena de prestação de outra natureza)	287
4. Do excesso ou desvio	289
4.1. Noções gerais	289
4.2. Do excesso	290
4.3. Do desvio	291
4.4. Quem pode suscitar	292
5. Da anistia e do indulto	292
5.1. Notas introdutórias	292
5.2. Da anistia	293

5.2.1. Procedimento	294
5.3. Do indulto	295
5.3.1. Indulto individual	296
5.3.1.1. Procedimento	296
5.3.2. Indulto coletivo	298
5.3.2.1. Procedimento do indulto coletivo	302
5.3.3. Comutação de pena	302
5.3.4. Crimes hediondos e assemelhados	303

CAPÍTULO XIX

DO PROCEDIMENTO JUDICIAL

1. Introdução	304
2. Procedimento	305
3. Iniciativa	305
4. Processamento	306
5. Do agravo em execução	308
5.1. Fungibilidade recursal	310
5.2. Outras considerações	311
<i>Bibliografia</i>	313